

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução



O país segue dividido entre Lula e Bolsonaro

Um ano depois da eleição, país continua dividido

Metade dos brasileiros torce para o Lula Futebol Clube. A outra metade para a Sociedade Esportiva Bolsonaro. Um ano depois das eleições do ano passado, o Brasil segue dividido como se fosse duas torcidas de time de futebol. É o que mostra a última rodada da pesquisa “A cabeça do brasileiro”, do Instituto Brasília, do cientista político Alberto Carlos de Almeida. Segundo

a pesquisa, 56% dos entrevistados tem avaliação positiva sobre o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva. E 53% ainda avaliam positivamente o governo Jair Bolsonaro, que terminou em dezembro. “A proximidade das duas avaliações positivas são sinais importantes da polarização e cristalização de dois campos políticos”, observa Almeida. Fora, sobram só 3%.

A pesquisa

A pesquisa foi realizada por telefone, entre os dias 22 e 27 de setembro. Foram ouvidas 2.004 pessoas, de forma proporcional em municípios das cinco regiões do Brasil. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, e o índice de confiança do levantamento é de 95%.

Positivo

Na metodologia da pesquisa, a avaliação positiva é a soma do ótimo, bom e regular para bom. A avaliação negativa soma péssimo, ruim e regular para ruim. Naturalmente, os eleitores que se identificam mais à esquerda estão com Lula. E à direita com Bolsonaro.

Lula Marques/Agência Brasil



Eleitor não associa Bolsa-Família a Lula

Um alerta entre os beneficiários do Bolsa-Família

Há um ponto que chama a atenção na pesquisa. Embora o PT sempre trabalhe o Bolsa-Família como uma conquista social dos seus governos, a percepção dos eleitores beneficiários do programa não parece ser a mesma. A avaliação positiva do governo Lula de quem recebe o Bolsa-Família está em 58%. E a avaliação

negativa está em 41%. E chama a atenção que há um percentual de 25% dos beneficiários que acha o governo péssimo. Maior que o percentual daqueles que acham o governo ótimo, que está em 18%. Os que acham bom são 25%. Os que acham ruim são 8%. Quem ganha o benefício não parece ter sentimento de gratidão.

Bolsonaro

A pesquisa também mostra um percentual grande de beneficiários que gostam de Bolsonaro. A avaliação positiva entre os beneficiários é de 53%. E a negativa, 47%. O governo Bolsonaro foi ótimo para 21% dos beneficiário, e péssima na avaliação de 27%.

Pobres

A pesquisa reforça recortes sociais que já se verificavam nas eleições passadas. A maioria daquelas que se consideram pobres avalia o governo Lula melhor que o de Bolsonaro. Já quem se considera rico ou classe média demonstra maior preferência por Bolsonaro.

Comunicação

Para Alberto Carlos de Almeida, o alto percentual de beneficiários do Bolsa-Família que acha o governo Lula péssimo deve ser “um problema de comunicação”. O governo não estaria sendo capaz, no tempo das redes sociais, de colocar o benefício às suas realizações.

Inflação

Outro dado de alerta da pesquisa é que não parece boa a expectativa da sociedade quanto à economia e a sua possibilidade de melhora. Para 73%, a inflação está alta e está aumentando. E 77% acham que está falando emprego no país e que há pessoas sem trabalho.

Desconfiança com novos cursos de medicina no país

Estudantes apontam que não basta abrir novas vagas

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Na última semana, o Ministério da Educação (MEC) publicou edital que cria 95 novos cursos de medicina em todo país. A medida foi assinada pelo ministro da Educação, Camilo Santana, e pela ministra da Saúde, Nísia Trindade. É um complemento da retomada do programa Mais Médicos, criado para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), e criou 5.700 vagas, em 1.719 municípios do país.

No entanto, como foi adiantado pelo Correio da Manhã na sua edição de terça-feira (10), a distribuição das novas vagas de medicina chamou a atenção por concentrar uma maior quantidade de vagas em regiões que compõem a base eleitoral do governo federal. A Bahia, principal responsável pela eleição de Lula nas últimas eleições, estado do ministro da Casa Civil, Rui Costa, é o que recebeu o maior número de vagas, sendo 900 novas vagas para 15 cursos. Em seguida, vem São Paulo, terra onde fizeram carreira política o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, Geraldo Alckmin, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. São Paulo recebeu 740 novas vagas. Pará e Ceará vem depois, respectivamente com 660 e 600 vagas. Todos esses estados são os lares de, ao menos, um membro do governo. O Ceará é a terra do próprio ministro da Educação, Camilo Santana, que vai passar a ter dez novos cursos. Em compensação, estados como o Rio de Janeiro, que não apoiou a candidatura do presidente Lula, tiveram um número de vagas reduzido.

O Ministério da Educação foi procurado para esclarecer os critérios. Mas, até o fechamento desta reportagem, não houve resposta.

Qualidade

Mas, além da distribuição dos novos cursos, a medida tem agrado mais ao setor financeiro,



Estudantes brasileiros questionam a qualidade dos cursos que serão ofertados

visto que as faculdades particulares de medicina custam entre R\$ 6 mil e R\$ 20 mil, do que exatamente ao setor de saúde. Pouco após a divulgação dos novos cursos, o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB) emitiram uma nota criticando a decisão do MEC.

Segundo as entidades de saúde, a medida “carece de fundamentação técnica e do conhecimento sobre a realidade do ensino médico e da assistência”. A nota também afirmou que, apesar da criação de novos cursos de medicina sob o pretexto da falta de médicos em algumas regiões brasileiras remotas, isso não resolve o problema da falta de médicos nessas regiões. “Muitos profissionais, depois de formados, procuram os grandes centros urbanos, em busca de especialização e melhores condições de vida, deixando para trás a promessa de resolver o problema assistencial nessas regiões”, explicou a nota.

De acordo com as entidades, para que os cursos de medicina atuem formando profissionais de qualidade, o recomendado é a implementação de cursos em municípios que atendam três critérios: oferta de cinco leitos públicos de

internação para cada aluno; acesso de, no máximo, três alunos a cada Equipe de Saúde da Família (ESF); e presença de hospital ensino.

“Como esses parâmetros passaram a ser tratados de forma subjetiva, cerca de 80% das escolas médicas existentes não cumprem pelo menos um desses itens, o que demanda uma ação contundente de fiscalização”, escreveram as instituições por meio de nota.

Em conversa ao Correio da Manhã, a estudante Júlia Ferreira, que está se formando em medicina em uma faculdade particular da capital federal, explicou a falta que um hospital ensino faz na formação do médico. De acordo com ela, “criar mais vagas em cursos de medicina não significa que esses médicos terão uma boa formação”.

“Aqui em Brasília a gente tem cinco ou seis faculdades de medicina, se não me engano. Você tem uma competição de cenário entre os alunos. Então, por exemplo, a gente não pode ficar tanto tempo, na enfermaria de clínica porque tem que dividir o estágio com as outras faculdades. Então, você não consegue praticar habilidades tão bem quanto se tivesse uma organização melhor. Porque,

por exemplo, a UnB [Universidade de Brasília] tem o hospital próprio. Então, para eles é mais fácil. Já outras faculdades, se você criar mais vagas de um curso sem ter estrutura pra isso, você não vai formar bons médicos porque não vai ter como eles praticarem. Você vai criar um monte de profissional que não sabe atuar direito na medicina e vai colocar paciente em risco no futuro”, explicou a formanda.

“As instituições existentes hoje já têm dificuldade com questão de cenários de práticas e quantidades de vagas de estágios integrados dentro do SUS, que é onde nós realmente temos a consolidação do nosso aprendizado teórico-prático. Na minha universidade, a turma tem mais de 60 alunos, e nós muitas vezes tivemos carga horária reduzida ou vários alunos juntos em um mesmo período, o que prejudica o aprendizado além de tumultuar o local”, disse uma estudante de medicina, que preferiu não se identificar.

“No contexto atual, não existem recursos nem estrutura suficiente para uma avaliação adequada das quase 400 escolas de medicina instaladas no Brasil”, completou a nota do CFM e AMB.

Comissão aprova proibição do casamento homoafetivo

Após discussões, deputados da base deixaram a sessão

Lula Marques/Agência Brasil

Por Ana Paula Marques

Mesmo após o esvaziamento de parlamentares da base aliada ao governo, projeto que pretende proibir a união civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil foi aprovado, na última terça-feira (10), na Comissão de Previdência da Câmara dos Deputados. O texto segue agora para as Comissões de Direitos Humanos e de Constituição e Justiça da casa. É mais um passo na aceleração da pauta conservadora no Congresso.

As discussões começaram após o projeto de lei ser colocado em votação com uma nova versão. Segundo o Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ), o combinado era criar um grupo de trabalho para discutir o texto e buscar um consenso entre a base aliada ao governo e a oposição. As deputadas Erika Kokay (PT-DF), Laura Carneiro (PSD-RJ) e o Pastor Henrique acusam o presidente de descumprir o acordo e, em protesto, deixaram a sessão para tentar tirar o quórum da votação.

Avessos ao texto apresentado, os parlamentares da base tentaram adiar a votação, para ganhar mais tempo e analisar as mudanças feitas. Porém, o pedido foi negado pelo presidente da mesa, Fernando Rodolfo (PL-PE). O tema tem sido discutido desde o



Protestos ocorreram durante a votação desta terça-feira na comissão da Câmara

final de agosto. A base governista, minoritária no colegiado, vinha travando a votação com pedidos de vista para a proposta. Na terça-feira, não conseguiu novo adiamento. O projeto foi aprovado por 12 votos a 5.

O que diz o PL

O texto aprovado estava engavetado há 16 anos e originalmente tinha o objetivo de estabelecer a união entre pessoas do mesmo sexo por meio de contrato em que disponham sobre suas relações patrimoniais. Porém, oito projetos de lei foram vinculados à proposta original, alterando essa

intenção inicial. Um deles é do Pastor Eurico (PL-PE), relator do projeto na casa, e propõe proibir que qualquer união de pessoas do mesmo sexo seja reconhecida como familiar.

Na prática, o texto do Pastor Eurico defende que o casamento entre pessoas do mesmo sexo seja reconhecido exclusivamente para “para fins patrimoniais, constituir união homoafetiva por meio de contrato”. Ou seja, caso seja aprovado, as uniões homoafetivas passam a ser somente uma espécie de contrato financeiro. No relatório, ele associa a homossexualidade a doença. “O comportamento ho-

mossexual é, portanto, contrário ao caráter pessoal do ser humano”, escreve ele.

Há 12 anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu reconhecer a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Porém, o casamento homoafetivo não está previsto por lei.

A interpretação da Suprema Corte é de que é assegurado a todo brasileiro a união estável, sejam para casais homoafetivos porque se baseia no que diz o artigo 5º da Constituição, que estabelece que “todos são iguais perante a lei”.